

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

A POLÍTICA ANTIDROGAS BRASILEIRA: INSTRUMENTO DE REPRESSÃO E GASTOS PÚBLICOS

PEDRO DE OLIVEIRA RODRIGUES¹

CARLA ISABEL MOTA CARVALHO²

RESUMO:

O artigo aborda a relação da política antidrogas brasileira para conter as manifestações da questão social e estimular a economia através dos gastos públicos. Ao final do século XX, com a ascensão do neoliberalismo, o Estado reduziu seus investimentos na produção e nas políticas sociais e com o fim da Guerra Fria e da ameaça comunista, criou-se um novo inimigo comum à nação, as drogas.

Palavras chave: política antidrogas; narcotráfico; Estado.

ABSTRACT:

The article discusses the relationship between Brazil's anti-drug policy to contain the manifestations of the social question and stimulate the economy through public spending. At the end of the 20th century, with the rise of neoliberalism, the state reduced its investments in production and social policies, and with the end of the Cold War and the communist threat, a new common enemy for the nation was created: drugs.

Keywords: anti-drug policy; drug trafficking; State.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970, com a homologação da “guerra as drogas” nos Estados Unidos, o comércio ilegal dessas substâncias tem sido alvo direto de intervenção de políticas

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora

² Instituto Superior Miguel Torga



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de combate e enfrentamento ao comércio e produção dessas substâncias. Contudo, é inegável que, mesmo diante de tanta repressão, o que se observa é uma expansão desse mercado por todo o globo terrestre.

Os riscos de perda ou destruição de capital são muito elevados para os capitalistas que se inserirem neste setor. Além da forte repressão do Estado, existe uma concorrência violenta entre os traficantes do mundo das drogas, que colocam em risco não só a destruição do capital como a vida dos agentes envolvidos no processo. Dito isso, podemos pensar que a remuneração desse setor é muito elevada, para compensar todos esses riscos e apresenta rendimentos (salários e lucros) elevados para os envolvidos diretamente e indiretamente (corrupção).

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970, com a homologação da “guerra as drogas” nos Estados Unidos, o comércio ilegal dessas substâncias tem sido alvo direto de intervenção de políticas de combate e enfrentamento ao comércio e produção dessas substâncias. Contudo, é inegável que, mesmo diante de tanta repressão, o que se observa é uma expansão desse mercado por todo o globo terrestre.

Os riscos de perda ou destruição de capital são muito elevados para os capitalistas que se inserirem neste setor. Além da forte repressão do Estado, existe uma concorrência violenta entre os traficantes do mundo das drogas, que colocam em risco não só a destruição do capital como a vida dos agentes envolvidos no processo. Dito isso, podemos pensar que a remuneração desse setor é muito elevada, para compensar todos esses riscos e apresenta rendimentos (salários e lucros) elevados para os envolvidos diretamente e indiretamente (corrupção).

A expansão do narcotráfico tem impactado expressivamente o mercado de trabalho. Com o aumento exponencial do desemprego, sobretudo formal, na maior parte dos países capitalistas, destaque àqueles de economias periféricas, como é o caso do Brasil, tem gerado um excedente de trabalhadores aptos disponíveis no mercado. O narcotráfico entra absorvendo uma parcela desses trabalhadores, principalmente os que estão à margem do mercado de trabalho formal, seja por falta de especialização ou simplesmente por uma carência do investimento privado, reduzindo a oferta de postos de trabalho.

A renda gerada diretamente pelo mercado das drogas ilícitas possibilita a esses



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

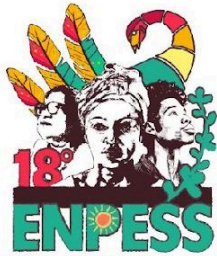
trabalhadores acessarem os meios de consumo e garantirem o sustento de suas famílias. Além dos postos de trabalho criados diretamente pelo narcotráfico, temos também os investimentos diretos do Estado - como construção e manutenção de presídios, pagamento de agentes da segurança pública, policiamento, viaturas, entre outros. Além de impulsionar o sistema judiciário, devido ao aumento de processos relacionados às prisões por envolvimento com o tráfico, o que aumenta a demanda por defensores públicos, juízes e até mesmo advogados – que contribuem para injetar mais capital direto na economia brasileira.

Kalecki (1980) sinaliza que boa parte dos gastos públicos são destinados à militarização, onde inclui-se a produção, ou aquisição, de armamentos, tal como a criação de novos postos de trabalho na área de segurança. Esses gastos, embora sejam improdutivos, no sentido de que não produzem bens e serviços essenciais para a sociedade, permitem o desenvolvimento técnico e a geração de rendimentos, sobretudo para a classe trabalhadora, na forma de salários.

A POLÍTICA ANTI-DROGAS NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA.

Muitos países de primeiro mundo vêm incorporando o tráfico de drogas no cálculo de seus PIB's, como é o caso francês, especialmente nos períodos de recessão ou crise. No ano de 2017, o governo francês estimou que as atividades relacionadas ao tráfico de drogas movimentavam cerca de 2,7 bilhões de euros por ano no país (DAMGÉ, 2018). De acordo com os dados da UNODC (2018), a produção de opiáceos têm um impacto de 8% sobre o Produto Interno Bruto do Afeganistão, maior produtor de heroína do mundo, enquanto que o documentário *Drogas: Oferta e Demanda*, de 2020, aponta que o tráfico de opiáceos impacta em, aproximadamente, 30% do PIB afegão e emprega cerca de 600 mil trabalhadores. Já na América do Sul, Jensen (2007), estimava que a produção de cocaína na Colômbia era responsável por 10% do PIB nacional.

Sabemos que o narcotráfico possui forte influência no território brasileiro, seja na formação de empregos e até mesmo na circulação de capital. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), de 2016, 26% dos detentos do sexo masculino cumpriam pena por envolvimento com atividades relacionadas ao narcotráfico. Já no caso das detenções femininas, 62% cumpriam pena por envolvimento



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

com este tipo de atividade. Ampliando nossa análise, 19% das prisões masculinas, no mundo, estavam relacionadas ao narcotráfico, enquanto que 35% das prisões femininas tinham relação com esta atividade ilícita (UNODC, 2019). Obviamente que o número de detentas é muito inferior às prisões masculinas, mas isso torna alarmante que mais de 1/3 das prisões femininas no mundo inteiro, tem relação com o tráfico de drogas. Mais alarmante ainda é o cenário brasileiro, em que mais da metade das mulheres encarceradas estão cumprindo pena por envolvimento com o narcotráfico.

A POLÍTICA ANTI-DROGAS NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA.

Muitos países de primeiro mundo vêm incorporando o tráfico de drogas no cálculo de seus PIB's, como é o caso francês, especialmente nos períodos de recessão ou crise. No ano de 2017, o governo francês estimou que as atividades relacionadas ao tráfico de drogas movimentavam cerca de 2,7 bilhões de euros por ano no país (DAMGÉ, 2018). De acordo com os dados da UNODC (2018), a produção de opiáceos têm um impacto de 8% sobre o Produto Interno Bruto do Afeganistão, maior produtor de heroína do mundo, enquanto que o documentário *Drogas: Oferta e Demanda*, de 2020, aponta que o tráfico de opiáceos impacta em, aproximadamente, 30% do PIB afegão e emprega cerca de 600 mil trabalhadores. Já na América do Sul, Jensen (2007), estimava que a produção de cocaína na Colômbia era responsável por 10% do PIB nacional.

Sabemos que o narcotráfico possui forte influência no território brasileiro, seja na formação de empregos e até mesmo na circulação de capital. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), de 2016, 26% dos detentos do sexo masculino cumpriam pena por envolvimento com atividades relacionadas ao narcotráfico. Já no caso das detenções femininas, 62% cumpriam pena por envolvimento com este tipo de atividade. Ampliando nossa análise, 19% das prisões masculinas, no mundo, estavam relacionadas ao narcotráfico, enquanto que 35% das prisões femininas tinham relação com esta atividade ilícita (UNODC, 2019). Obviamente que o número de detentas é muito inferior às prisões masculinas, mas isso torna alarmante que mais de 1/3 das prisões femininas no mundo inteiro, tem relação com o tráfico de drogas. Mais alarmante ainda é o cenário brasileiro, em que mais da metade das mulheres encarceradas estão cumprindo pena por envolvimento com o narcotráfico.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Levando em consideração dados referentes à circulação de mercadorias, estima-se que somente na Cracolândia³, o comércio de drogas ilícitas foi responsável por movimentar cerca de 9.7 milhões de reais por mês, em 2019. Esse valor é superior ao montante aplicado pela prefeitura de São Paulo, nesse mesmo ano, para a região na qual a cracolândia está inserida, que foi de 7,3 milhões, por mês, em média, de acordo com a matéria da Folha de São Paulo, de 2020.

Em 2021, na mesma região de São Paulo, foi iniciada uma operação pela Polícia Civil contra o narcotráfico denominada de “Operação Caronte”, que tinha como intuito combater o tráfico de drogas na Cracolândia. A operação resultou na prisão de mais de 111 pessoas e apreendeu toneladas de drogas ilícitas (AGÊNCIA PÚBLICA, 2022). Ainda de acordo com a reportagem, a operação contou com serviço de inteligência da polícia, para monitorar o território, incluindo a circulação de helicópteros sobrevoando a região desde a deflagração da operação.

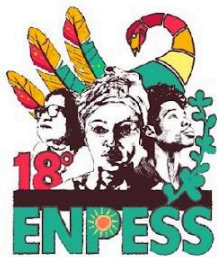
De acordo com o site da própria Polícia Civil, em novembro de 2022, a operação resultou na prisão de 4 homens, envolvidos com a distribuição de crack na região, além da apreensão de substâncias ilícitas e equipamentos de preparo da droga, como balança, prensa, embalagens, entre outros (POLÍCIA CIVIL..., 2022).

A POLÍTICA ANTI-DROGAS NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA.

Muitos países de primeiro mundo vêm incorporando o tráfico de drogas no cálculo de seus PIB's, como é o caso francês, especialmente nos períodos de recessão ou crise. No ano de 2017, o governo francês estimou que as atividades relacionadas ao tráfico de drogas movimentavam cerca de 2,7 bilhões de euros por ano no país (DAMGÉ, 2018). De acordo com os dados da UNODC (2018), a produção de opiáceos têm um impacto de 8% sobre o Produto Interno Bruto do Afeganistão, maior produtor de heroína do mundo, enquanto que o documentário *Drogas: Oferta e Demanda*, de 2020, aponta que o tráfico de opiáceos impacta em, aproximadamente, 30% do PIB afegão e emprega cerca de 600 mil trabalhadores. Já na América do Sul, Jensen (2007), estimava que a produção de cocaína na Colômbia era responsável por 10% do PIB nacional.

Sabemos que o narcotráfico possui forte influência no território brasileiro, seja na

³ Região da cidade de São Paulo caracterizada pela incidência de usuários de crack.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

formação de empregos e até mesmo na circulação de capital. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), de 2016, 26% dos detentos do sexo masculino cumpriam pena por envolvimento com atividades relacionadas ao narcotráfico. Já no caso das detenções femininas, 62% cumpriam pena por envolvimento com este tipo de atividade. Ampliando nossa análise, 19% das prisões masculinas, no mundo, estavam relacionadas ao narcotráfico, enquanto que 35% das prisões femininas tinham relação com esta atividade ilícita (UNODC, 2019). Obviamente que o número de detentas é muito inferior às prisões masculinas, mas isso torna alarmante que mais de 1/3 das prisões femininas no mundo inteiro, tem relação com o tráfico de drogas. Mais alarmante ainda é o cenário brasileiro, em que mais da metade das mulheres encarceradas estão cumprindo pena por envolvimento com o narcotráfico.

Levando em consideração dados referentes à circulação de mercadorias, estima-se que somente na Cracolândia⁴, o comércio de drogas ilícitas foi responsável por movimentar cerca de 9.7 milhões de reais por mês, em 2019. Esse valor é superior ao montante aplicado pela prefeitura de São Paulo, nesse mesmo ano, para a região na qual a cracolândia está inserida, que foi de 7,3 milhões, por mês, em média, de acordo com a matéria da Folha de São Paulo, de 2020.

Em 2021, na mesma região de São Paulo, foi iniciada uma operação pela Polícia Civil contra o narcotráfico denominada de “Operação Caronte”, que tinha como intuito combater o tráfico de drogas na Cracolândia. A operação resultou na prisão de mais de 111 pessoas e apreendeu toneladas de drogas ilícitas (AGÊNCIA PÚBLICA, 2022). Ainda de acordo com a reportagem, a operação contou com serviço de inteligência da polícia, para monitorar o território, incluindo a circulação de helicópteros sobrevoando a região desde a deflagração da operação.

De acordo com o site da própria Polícia Civil, em novembro de 2022, a operação resultou na prisão de 4 homens, envolvidos com a distribuição de crack na região, além da apreensão de substâncias ilícitas e equipamentos de preparo da droga, como balança, prensa, embalagens, entre outros (POLÍCIA CIVIL..., 2022).

Esses dados são importantes para estimarmos o quanto o Estado investe anualmente na manutenção da guerra às drogas no interior do nosso território. Além dos gastos com segurança, faz-se necessário um alto investimento em comunicação, desde aquisição de

⁴ Região da cidade de São Paulo caracterizada pela incidência de usuários de crack.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

veículos aéreos (helicópteros) e terrestres (cavalos, viaturas), até os investimentos em tecnologia, inteligência, entre outros. O Estado também necessita de investir em estabelecimentos para reter as substâncias apreendidas, bem como os sujeitos detidos pela polícia, para que aguardam julgamento, além de impulsionar a máquina do sistema judiciário, pois estes têm direito à defesa que, em muito dos casos, é oferecido pela própria defensoria pública, arcada pelo Estado.

De acordo com a matéria do site Jusbrasil (2011)⁵, boa parte das prisões ligadas ao tráfico de drogas, diz respeito a usuários e não necessariamente a traficantes. Ainda de acordo com o site, até mesmo os presos por tráfico, não se configuram como indivíduos violentos e perigosos, mas que a justiça não faz essa distinção e trata todos os presos, por este crime, como iguais. A matéria ainda afirma que desde a promulgação da nova lei de drogas, em 2006, a população carcerária brasileira aumentou em 62,5%, entre 2007 e 2010. A manutenção da população encarcerada e dos próprios presídios é de responsabilidade do Estado brasileiro e demanda investimento de recursos nesta área.

No ano de 2023, o Estado brasileiro gastou mais de 20 bilhões de reais com o sistema prisional (SENAPPEN, 2024). Destes gastos, aproximadamente, 14 bilhões foram destinados às despesas com pessoal. Ainda de acordo com o mesmo relatório, estima-se que o custo médio do preso, por unidade federativa, é de 2.304 reais.

A partir de meados do século XX, diversos países passaram a adotar um conjunto de medidas e políticas específicas para combater a expansão do consumo e comércio de drogas no interior de seus territórios. No Brasil, a primeira lei voltada para combate às drogas foi promulgada em 1921 e tinha um caráter mais preventivo, onde foram criados estabelecimentos para tratar os dependentes químicos e, ao mesmo tempo, punir os traficantes⁶.

Inicialmente, a política antidrogas apresentava um caráter mais brando e menos punitivo. Contudo, a partir dos anos 1960 temos a intensificação da repressão sobre este tipo de atividade. De acordo com a matéria do *Emdiscussão* (2011), é com o golpe civil militar, em 1964, que a Lei de Segurança Nacional “desloca o foco do modelo sanitário para o modelo bélico de política criminal, que equiparava os traficantes aos inimigos internos ao regime” (p.58). A matéria ainda conclui, que é a partir dos anos 1960 que as drogas passaram a ser

⁵ <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/a-atuacao-da-defensoria-publica-e-a-lei-de-drogas-no-brasil/2840616>

⁶ <https://justica.rs.gov.br/historico-legal-das-politicas-sobre-drogas-no-brasil-e-rio-grande-do-sul>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

associadas às manifestações políticas contrárias ao regime ditatorial, no intuito de invalidar ou descredibilizar a luta.

A política anti-drogas, após a consolidação da ditadura militar no Brasil, se transformou numa guerra. Sob forte influência dos Estados Unidos, que promulgou em 1971 a sua política mundial de combate às drogas, denominando-a de guerra, as ações da polícia brasileira se tornam mais implacáveis, com a prerrogativa de que se está combatendo um inimigo da nação. Observou-se uma maior militarização da segurança pública⁷, neste período, que perdura até os dias atuais (Souza e Brasilino, 2015), e foram criadas leis que amparam a ação violenta das forças de segurança pública como, por exemplo, o auto de resistência, que permite ao agente de segurança utilizar da força, ou dos meios que achar necessário, para conter um suspeito (ALVES, 1989).

É neste período ditatorial que se observa maior investimento estatal em comunicação, no intuito de conectar o território nacional e manter um controle sobre o interior do território. De acordo com Alves (1989), não por acaso, o governo brasileiro se conecta com o serviço de inteligência estadunidense, incorpora estratégias de controle da população e, ao mesmo tempo, impulsiona os investimentos em infraestrutura e recursos militares.

Mesmo com a expansão dos investimentos estatais em segurança, o que se observou, nos anos 1970, foi uma elevação do consumo de substâncias ilícitas e do tráfico de drogas no Brasil (Procópio, 1997)⁸. Por outro lado, esse registro da expansão do tráfico no Brasil pode ser fruto da própria política de combate às drogas adotada pelos governos militares, que permitiu maior controle e monitoramento do território.

Os elevados investimentos públicos em segurança eram resquícios da Guerra Fria, período em que se exigia aos países uma expansão da militarização, dado a iminência constante de uma guerra global (ALVES, 1989). Ainda de acordo com a autora, não havia mais espaço para neutralidade, ou se apoiava o bloco capitalista, ou o bloco socialista. Nesse contexto, os militares buscaram proximidade com o governo estadunidense, contribuindo para intensificar o controle e a repressão sobre a população brasileira, visando evitar a “expansão” do comunismo no território.

Durante esse período, a maior parte dos programas de segurança nacional, eram

⁷ Inicialmente, a militarização da segurança pública era justificada pela necessidade de se combater o avanço dos comunistas no país, mas após a ruptura do bloco socialista e o fim da chamada “Guerra Fria”, a manutenção desse aparato militar passou a ser justificado pela ameaça do narcotráfico.

⁸ <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mhDdn6Mgkrqytyy9bLrdmg/>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

voltados para a segurança interna, ou seja, visando combater o inimigo interno. Já sob influência estadunidense, em 1956, antecipando o golpe de 1964, a Escola de Comando do Estado-Maior (ECEME)⁹, passa a adotar em seu currículo estratégias contra-insurgentes. Em 1968, o currículo¹⁰ da ECEME contava com 222 horas de aulas dedicadas exclusivamente à doutrina de Segurança Interna e apenas 21 horas dedicadas a tópicos militares tradicionais, como controle das fronteiras e defesa do território contra ameaças externas (ALVES, 1989). Ainda de acordo com a autora, o projeto político-econômico defendido pela Escola Superior de Guerra (ESG), era pautado na intervenção direta do Estado. A alta cúpula do exército, via no *laissez-faire*, uma brecha para a entrada do marxismo no território nacional. Eles também, reconheciam o potencial estatal no controle das flutuações econômicas e na capacidade do Estado em gerar desenvolvimento.

O projeto militar tinha como pauta o desenvolvimento pela via da segurança, política e social, visando criar um ambiente afável para o capital externo, tornando necessário investir em segurança pública para controlar pontos estratégicos do território nacional e gerar “a paz social (...) para a obtenção das taxas máximas de acumulação de capital, permitindo que o rápido crescimento econômico forje uma “arrancada” desenvolvimentista” (ALVES, 1989, p. 51).

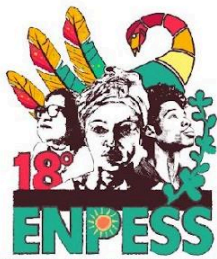
A partir da consolidação do novo inimigo público, representado pelo comércio ilegal de drogas, o Estado brasileiro passa a direcionar seus investimentos para a manutenção segurança interna e suas políticas coercitivas contra a população periférica, associando o narcotráfico à pobreza, sobretudo nas favelas dos grandes centros urbanos.

A RELAÇÃO DO NARCOTRÁFICO BRASILEIRO COM A QUESTÃO SOCIAL.

A expressão “Questão Social”, de acordo com Netto (2001), é oriunda do pauperismo, que, até antes da revolução industrial na Europa Ocidental, era tratado como um caso de escassez de recursos, devido às limitações da produção feudal e pré-capitalista. Com os adventos tecnológicos, aperfeiçoamento dos meios de produção, oriundos da revolução industrial e da produção em massa, percebeu-se um aumento expressivo da acumulação de riqueza, nas mãos de uma minoria, acompanhado de um aumento significativo da pobreza, tornando a distância entre ricos e pobres cada vez mais expressiva, um desemprego

⁹ Estabelecimento de mais alto nível para adestramento do comando militar.

¹⁰ Todo oficial brasileiro precisa ser formado pela ECEME.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

alarmante e as relações contratuais cada vez mais flexíveis. Temos então o amadurecimento do capitalismo ocidental e, intrínseco a ele, as expressões da questão social.

A contribuição de Ecurra e Iamamoto (2020) é muito importante para entendermos esse “fenômeno”, nascido a partir da revolução burguesa e da consolidação do capitalismo como modo de produção hegemônico, conforme destacado por Netto. No debate sobre as diretrizes curriculares do Serviço Social de 1996, as autoras salientam que a questão social “é compreendida como o conjunto da expressão de desigualdades e de lutas sociais, em suas múltiplas manifestações, constituindo o objeto ou a “matéria” sobre o qual incide o trabalho do assistente social” (p. 94).

Somado a isso, Iamamoto (2021) destaca o agravamento das manifestações da questão social nos países periféricos após a abertura comercial imposta pela Organização Mundial do Comércio (OMC), e a cartilha neoliberal imposta pelo consenso de Washington. Ainda de acordo com a autora, “amplia o déficit da balança comercial, o fechamento de empresas nacionais, a elevação das taxas de juros e o ingresso maciço de capitais especulativos” (p.20). A baixa capacidade produtiva dos países periféricos, em detrimento às grandes empresas oligopolistas, contribui para um agravamento do desemprego e uma dependência maior do capital externo. O capital nacional migra da produção para a especulação, o que agrava ainda mais o cenário desfavorável do mercado de trabalho.

O recuo do Estado frente à intervenção social, mediante os investimentos em políticas sociais, contribui para o agravamento das expressões da questão social. Conforme destaca Miotto e Nogueira (2013), são as políticas sociais os instrumentos de intervenção estatal para o enfrentamento das diversas manifestações da questão social. A retirada desses recursos só permite agravar a situação já alarmante dos trabalhadores das regiões periféricas, principais usuários das políticas sociais.

Esse aumento expressivo do desemprego formal, incide sobre o agravamento da criminalidade - compreendido como atividades que infringem a lei estabelecida por um país - forçando trabalhadores a recorrerem a atividades perigosas, que comprometem sua integridade física e sua liberdade, - devido a possibilidade do encarceramento - mas que possibilitam melhores remunerações.

Em 2023, o Estado brasileiro registrou uma população prisional de, aproximadamente, 650 mil pessoas (SENAPPEN, 2024). Esse valor é superior a 0,30% da população total do país que, em 2022, era de 203 milhões, aproximadamente (IBGE, 2022). Considerando que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mais de 31% das prisões no país são por crimes relacionados ao narcotráfico (SENAPPEN, 2024), podemos dizer que este tipo de atividade possui uma influência muito forte sobre o mercado de trabalho brasileiro. Ainda de acordo com os mesmos dados, 66,5% da população encarcerada é negra¹¹, o que contribui para nossa hipótese de que a maior parte dos trabalhadores inseridos no ramo do tráfico de drogas são negros.

Outro elemento que deve ser levado em consideração é o crescente número de mulheres envolvidas com o narcotráfico. No que diz respeito ao encarceramento feminino, temos que o número é bem inferior à masculina, 26,8 mil¹², (SENAPPEN, 2024), contudo, em 2017, aproximadamente 60% das mulheres encarceradas no Brasil respondiam por crimes relacionados ao tráfico de drogas (INFOPEN, 2017). O país ocupava a quarta posição em número de prisões femininas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, que lidera o ranking, China e Rússia. Cabe destacarmos que a maior parte dessas mulheres presas, 55,4%, eram negras¹³ e mais da metade eram jovens, com idade entre 18 e 29 anos (INFOPEN, 2017).

A criminalização das drogas, ou seja, a ilegalidade do comércio dessas substâncias favorece a lucratividade desse setor. A produção e a circulação das drogas se caracteriza por apresentar composição orgânica distinta das demais indústrias legalizadas. Os constantes ataques e interferências do aparato estatal sobre as atividades relacionadas ao narcotráfico, faz necessário um maior investimento de capital para cobrir gastos excedentes como, por exemplo, o suborno (propina), os custos com segurança e o desenvolvimento de rotas alternativas e mais dispendiosas para a circulação das mercadorias. Fato é que, em 2023, foi apreendido um submarino que transportava 3 toneladas de cocaína e foi apreendido em território espanhol (BBC, 2023). Ainda de acordo com a reportagem, os trabalhadores envolvidos no transporte da droga ficaram 27 dias submersos, se alimentando apenas de comida enlatada, barras de cereal e suportando temperaturas elevadas, dentro da embarcação.

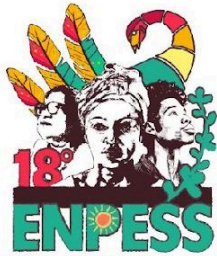
Na contramão desses gastos extras que a ilegalidade gera ao narcotráfico temos a utilização do excedente do exército de reserva, o que seria para Marx (2017) uma das medidas contra-restantes da queda da taxa de lucro.

O investimento em capital constante, que seriam máquinas pesadas e equipamentos

¹¹ De acordo com o IBGE, entende-se como população negra o conjunto de pessoas pretas e pardas.

¹² Dados referentes ao ano de 2023.

¹³ De acordo com o estudo, 48,04% são mulheres pardas, 15,51% são mulheres pretas e 35,59% das mulheres que cumpriam pena em 2017 eram de cor branca.



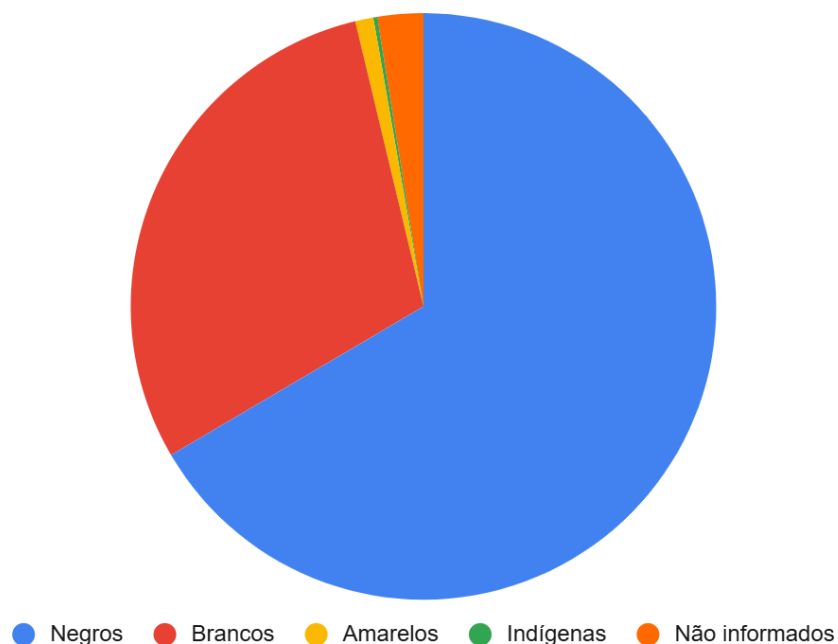
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

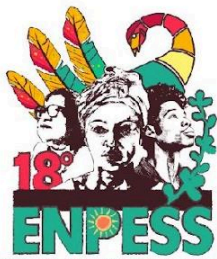
de primeira linha, que auxiliam na circulação das mercadorias ou até mesmo na produção, intensificam o risco de perda ou destruição do capital. Aviões, submarinos, armamentos, entre outros, que forem apreendidos pela polícia, implicam em perda, ou destruição, imediata do capital investido. Por outro lado, com um excedente de mão de obra disponível no mercado brasileiro, torna-se muito mais rentável investir em capital variável ao invés de capital constante, visto que mesmo que um dos trabalhadores do tráfico seja detido pela polícia ou até mesmo morto, implicaria em prejuízos menores ao capital do que a apreensão de equipamentos, ou meios de transporte. O aumento do desemprego possibilita que o capital variável, seja muito mais rentável e com menor risco para os investidores nesse ramo, visto que estes trabalhadores podem ser facilmente substituídos e com custos menores. Não atoa, a maioria dos indivíduos envolvidos com o narcotráfico são jovens e adolescentes negros periféricos, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1: População carcerária brasileira, por cor/raça/etnia.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos no Sistema Nacional de Informações Penais, da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) e da Diretoria de Inteligência Penitenciária (DIPEN), de 2024.

Conforme apresentado pelo gráfico 1, a maior parte dos indivíduos que cumprem pena no Brasil, são negros (pretos e pardos) e boa parte deles cumprem pena por crimes ligados ao narcotráfico. Esse cenário não ocorre por coincidência, a maior parcela da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

população negra brasileira, que vive nas periferias, se enquadra precisamente no que Marx (2013) classifica como superpopulação relativa estagnada, visto que a maioria desses indivíduos não possuem qualquer perspectiva de se inserir no mercado de trabalho formal, seja pela baixa oferta de empregos formais, ou pela falta de qualificação, visto que eles não conseguem ter acesso a uma educação de qualidade e muito menos a um curso superior, ou técnico. Fato é que 47,5% dos detentos não possuem o ensino fundamental completo (SENAPPEN, 2024). As condições de um trabalhador, com esse grau de escolaridade, conseguir um emprego formal, com uma remuneração considerável, é praticamente nula. Por este motivo, o tráfico, ou qualquer outra atividade ilícita, acaba por ser um atrativo para estes sujeitos que estão à margem do mercado de trabalho e da sociedade como um todo.

Dados do Ipea reforçam essa relação de exclusão dos jovens periféricos com a inserção no tráfico de drogas são os do perfil dos sujeitos enquadrados como traficantes no Brasil. A maioria deles são do sexo masculino (86%), jovens com menos de 30 anos (72%), com baixa escolaridade, ou seja, não concluíram a educação básica e 68% desses indivíduos são negros (IPEA, 2023).

Os trabalhadores que atuam no mercado varejistas das drogas, cujas áreas de atuação variam de vigias, fornecedores, segurança, entre outros, recebem de 50-200 reais por hora de trabalho (BARROS, 2017). Ou seja, um trabalhador com uma jornada de trabalho regular de 40 horas semanais, por exemplo, pode receber em um mês oito mil reais o que, dentro da realidade brasileira, é um salário superior à média dos profissionais especializados e/ou com nível superior. Obviamente que o risco por trás deste trabalho não o torna tão vantajoso, mas diante do cenário de escassez de oportunidades para estes trabalhadores, as atividades relacionadas ao tráfico são extremamente vantajosas.

CONCLUSÃO:

O que se observa é que o tráfico de drogas é uma das alternativas ao pauperismo e, provavelmente, não existiria sem este último. Contudo, é importante destacarmos que, por se tratar de uma indústria ilegal, os capitalistas que ganham com esse mercado, normalmente inscritos em setores da alta burguesia, não aparecem como responsáveis pela mesma. Respondem somente aqueles que operam no mercado varejista, localizados nas periferias e favelas do país. São estes que também são punidos pela contravenção e é sobre estes que recai a culpa pela existência de tal mercado.

As políticas de enfrentamento ao tráfico são tratadas como políticas de segurança, mas geram ao mesmo tempo mais violência para a sociedade. Atualmente, a “guerra às drogas” mata mais indivíduos do que o próprio consumo das substâncias ilícitas. Cerca de 72,4% dos homicídios no Brasil, em 2017, foram cometidos por arma de fogo, o que equivale a, aproximadamente, 47.500 pessoas assassinadas, sendo a maior parte destes homicídios relacionados ao narcotráfico (IPEA, 2019). Dados mais recentes apontam que 69,1% dos homicídios no Brasil, em 2021, foram causados por arma de fogo (IPEA, 2023).

A guerra às drogas foi responsável por uma média de homicídios de 34,3% dos homicídios no Brasil, em 2017 (IPEA, 2023). Ainda de acordo com o mesmo estudo, estima-se que a criminalização, ou seja, o combate às atividades relacionadas ao narcotráfico, resultam num número de mortes 22 vezes superior ao de pessoas que morrem por consumo dessas substâncias.

O Estado brasileiro utiliza da premissa de combate ao narcotráfico para impulsionar a economia, através dos gastos públicos - direcionados à segurança pública - e, ao mesmo tempo, intimidar e controlar qualquer tipo de manifestação popular que possa insurgir no território nacional e ameaçar a hegemonia do capital. A erradicação do narcotráfico no Brasil, hoje, resultaria na destruição de inúmeros postos de trabalho que não conseguiria ser absorvido pelo mercado de trabalho legal (seja ele formal ou informal), o que implicaria em uma redução do consumo das famílias e, conseqüentemente, no desaquecimento da economia brasileira. Além disso, teríamos um processo de desencarceramento em massa, visto que quase metade dos detentos respondem por crimes ligados ao tráfico, e os investimentos em segurança pública, sobretudo na manutenção dos presídios, se tornariam dispensáveis. Os empregos gerados com o intuito de se combater as atividades relacionadas ao tráfico de drogas se fariam mais necessários, o que agravaria ainda mais o cenário do desemprego no país.

Atualmente o que se observa é que a guerra às drogas no Brasil não tem como objetivo erradicar essa atividade, ou trazer bem estar social, pelo contrário. Essa ação coercitiva do Estado só implica em mais violência e insegurança pública. Na essência, a política antidrogas brasileira tem como principal finalidade lidar com as expressões da questão social, retirando os indivíduos da sociedade e justificando os gastos públicos na economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. H. M. Estado e Oposição no Brasil 1964 a 1984. Petrópolis/RJ, Vozes, 1989.

AGÊNCIA PÚBLICA. 'Vagões, disciplinas, travessias, salveiros': como o tráfico se estruturou na Cracolândia. Carta Capital, 21 jun, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/vagoes-disciplinas-travessias-salveiros-como-traffic-se-estruturou-na-cracolandia/>. Acesso em: 10 mai, 2024.

BANCO MUNDIAL. World Bank Open Data. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em 27 jul. 2023.

BARROS, A. Escravos Do Tráfico De Maconha. Smoke Buddies. 20 dez. 2017. Disponível em: <https://www.smokebuddies.com.br/escravos-do-traffic-de-maconha/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BEAK, N. O 'submarino de cocaína' que expõe o problema europeu com a droga. BBC News Brasil. 24 abr. 2023. Disponível em: [O 'submarino de cocaína' que expõe o problema europeu com a droga - BBC News Brasil](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64111111). Acesso em: 28 mai. 2024.

DAMGÉ, M. Comment l'Insee a intégré le trafic de drogue dans le calcul du PIB. LEMONDE. 23 ago. 2018. Disponível em: https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2018/02/01/comment-l-insee-va-integrer-le-traffic-de-drogue-dans-le-calcul-du-pib_5250216_4355770.html. Acesso em 14, ago. 2023.

DROGAS - Oferta e Demanda. Direção: não especificado. Produção: Netflix. Netflix. 2020. 1 temporada. Disponível em: <https://www.netflix.com/title/80199963>. Acesso em: 21 ago. 2023.

EMDISCUSSÃO!: Revista de audiências públicas do Senado Federal. Ano 2 – N° 8 – p.58 – 59, agosto de 2011.

ESCURRA, M. F.; IAMAMOTO, M. V. SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL: REVISITANDO O DEBATE HISTÓRICO-CRÍTICO. Revista Trabalho,

Reprodução Social e Serviço Social: Desafios e Utopias. 1ª edição eletrônica. p. 93-116. Uberlândia - MG, Navegando, 2020.

IAMAMOTO, M. V. Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora. Revista Diálogos do Cotidiano Assistente Social: Reflexões sobre o trabalho profissional. Caderno 1, p. 16-48, Brasília CEFESS 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto – PIB**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 27 ago. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: [Panorama do Censo 2022 \(ibge.gov.br\)](https://www.ibge.gov.br/panorama-do-censo-2022). Acesso em: 14 jun. 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2024**. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: [7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf \(ipea.gov.br\)](https://www.ipea.gov.br/atlas-violencia-2024-v11.pdf). Acesso em: 05 abr. 2024

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2019**; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/6363-atlasdaviolencia2019completo.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/assuntos/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em 31 ago. 2023.

JANSEN, N. Drogas Imperialismo e luta de classes. Paraná, Revista Urutágua, 2007.

KALECKI, M. Political aspects of full employment. Political quarterly, v. 14, n. 4, p.322–331, 1943.

MARX, K. O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. O Capital – Livro II – O Processo de Circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDALHA de Bronze: Brasil tem a 3ª maior população carcerária do mundo, com 726.712 mil presos. Consultor Jurídico. 08 dez. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-dez-08/brasil-maior-populacao-carceraria-mundo-726-mil-presos>. Acesso em: 09 abr. 2023.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. *Revista Katalysis*, 16 (spe), 2013.

OLIVEIRA, E; SILVA, A. Martins; SANTOS, M. A. Employment and income policies in pandemic Brazil: an uncertain future. *Brazilian Journal of Development*, v.8, p.68239 - 68254, 2022.

POLÍCIA CIVIL REALIZA 'OPERAÇÃO CARONTE' CONTRA TRÁFICO DE DROGAS. Polícia Civil do Estado de São Paulo, 2022. Disponível em: [Polícia Civil realiza 'Operação Caronte' contra o tráfico de drogas \(policiacivil.sp.gov.br\)](https://www.policiacivil.sp.gov.br). Acesso em: 05 abr, 2024.

PROCÓPIO, A. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. *Rev. bras. polít. int.* 40. Jun, 1997.

SENAPPEN – SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS. **Custo do Preso 2023**. Disponível em: [SISDEPEN — Secretaria Nacional de Políticas Penais \(www.gov.br\)](https://www.gov.br). Acesso em: 23 jul. 2024.

SENAPPEN – SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS. **Relatórios de Informações Penais (RELIPEN) 2023**. Disponível em: [relipen-2-semester-de-2023.pdf \(www.gov.br\)](https://www.gov.br). Acesso em: 23 jul. 2024.

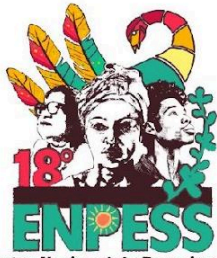
SOLOVEICHNIK, R. Including Illegal Activity in the U.S. National Economic Accounts. BEA Working Papers 0167, Bureau of Economic Analysis, 2019.

SOUZA, A. C. T. C.;BRASILINO, G. G. O. Guerra às drogas e militarização da segurança pública: da redemocratização às UPPS. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 6, n. 2, p, 126 – 146, 2015.

TRÁFICO DE DROGAS ENTRE AS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL: mercados, famílias e rede de proteção social. In: CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO (CEBRAP); BRASIL. Ministério da Saúde, São Paulo, 2018.

UNIAD - UNIDADE DE PESQUISAS EM ÁLCOOL E DROGAS. A Economia do Tráfico na Cidade do Rio de Janeiro: uma tentativa de calcular o valor do negócio, 2018. Disponível em: https://www.uniad.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Economia_do_trfico_no_Rio.pdf, acesso em 12 jun. 2023.

UNODC - UNITED NATION OFFICE ON DRUGS AND CRIME. World Drugs Report 2019: Book 1, 2, 3 and 4, United Nations, 2019. Disponível em: <https://wdr.unodc.org/wdr2019/>, acesso em 09 mai, 2019.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

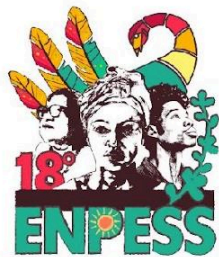
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

UNODC - UNITED NATION OFFICE ON DRUGS AND CRIME. World Drugs Report 2019: Book 1, 2, 3 and 4, United Nations, 2019. Disponível em: <https://wdr.unodc.org/wdr2019/>, acesso em 09 ago. 2023.

UNODC - UNITED NATION OFFICE ON DRUGS AND CRIME. World Drugs Report 2018: Book 1, 2, 3, 4 and 5, United Nations, 2018. Disponível em: <https://www.unodc.org/wdr2018/>, acesso em 12 ago. 2023.

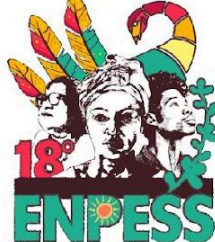
V.V.A.A. Cinco notas a propósito da “questão social”. Brasília, Temporalis. ABEPSS, 2001.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**